

Saberes, experiências e desafios na formação de professores indígenas no Amapá

Cristiane do Socorro dos Santos Nery¹
Vitor Sousa Cunha Nery²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo socializar as experiências e desafios em projetos de extensão no contexto da formação de professores indígenas. As ações extensionistas foram desenvolvidas durante o ano de 2018. Participaram dos projetos professores do ensino superior, agentes ambientais indígenas, acadêmicos indígenas e não-indígenas, professores da educação básica e pesquisadores externos (antropólogos e cientistas sociais). Os projetos tiveram como base teórica as discussões sobre interculturalidade, pedagogia decolonial e interdisciplinaridade. Os resultados revelam aspectos positivos do ponto de vista pedagógico e interdisciplinar relacionados a formação inicial e contínua de professores indígenas. Com relação a vivência nos projetos destacamos a importância de se reconhecer e valorizar as formas próprias de conhecer dos povos indígenas e sua autonomia para proposição de políticas e práticas educativas adequadas as especificidades das comunidades indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores indígenas; Extensão Universitária; Interculturalidade; Decolonialidade.

¹ Docente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutoranda em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Amapá (UFPA). Mestre em Educação e Graduada em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas Interculturais em Ciências da Natureza e Matemática (GECIM/UNIFAP). Membro da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Práticas Socioculturais e Educação Matemática (GPSEM/UFPA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1323-6069>. E-mail: csfsantos30@gmail.com.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA), Integrante da Rede de Pesquisas sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA) e associado à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). <http://orcid.org/0000-0002-1309-6094>. Email: vitor.nery@ueap.edu.br.

ABSTRACT:

This article aims to socialize the experiences and challenges in extension projects in the context of the training of indigenous teachers. Extension actions were developed during the year 2018. Higher education teachers, indigenous environmental agents, indigenous and non-indigenous scholars, teachers of basic education and external researchers (anthropologists and social scientists) participated in the projects. The theoretical basis of the projects was the discussions on interculturality, decolonial pedagogy and interdisciplinarity. The results reveal positive aspects point of view from the pedagogical and interdisciplinary related to the initial and continuous training of indigenous teachers. Regarding the experience in the projects, we highlight the importance of recognizing and valuing the indigenous peoples' own ways of knowing and their autonomy for proposing policies and educational practices appropriate to the specificities of indigenous communities.

KEYWORDS: Training of indigenous teachers; University Extension; Interculturality; Decoloniality.

Introdução

Neste artigo, socializamos as experiências desenvolvidas em projetos de extensão no contexto da formação de professores indígenas, no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Amapá (CLII/UNIFAP).

O curso foi implementado em 2007 para atender as demandas educacionais das comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará. As etnias do Amapá da região de Oiapoque: os Galibi-Kalinã, os Galibi-Marworno, os Karipuna e os Palikur, que habitam as Terras Indígenas (TI) Uaçá, Juminã e Galibi; e os Wajãpi, da TI Wajãpi. E as etnias da região norte do Pará: os Tiryíó, Aparai, Wayana e Katxuyana, habitantes da TI Parque Nacional Montanhas Tumucumaque.

O CLII/UNIFAP forma professores para atuar no ensino médio e séries finais do ensino fundamental nas escolas indígenas de suas comunidades em uma das três áreas de conhecimento: (1) Ciências Exatas e da Natureza, (2) Ciências Humanas e (3) Linguagens e códigos. Além do ensino, são oferta atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas por Grupos de Pesquisa vinculados ao curso, como é o caso do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Intercultural em Ciências da Natureza e Matemática (GECIM), que em 2018 desenvolveu projetos de extensão com o objetivo de fomentar a valorização e manutenção dos conhecimentos dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará, bem como, o desenvolvimento profissional e da autonomia dos estudantes indígenas.

A Extensão Universitária, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. De acordo com Santos (2004) devemos conceber a extensão de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A Europa produziu, durante os últimos séculos, um modelo de universidade moderna que exportou para as suas colônias e outros lugares do mundo, no entanto esses modelos de universidades na atualidade estão vivenciando uma crise e possuem duas forças antagônicas em disputa, a primeira é denominada de “conhecimento universitário” que é a base de um modelo hegemônico universalizador, e o “conhecimento pluriversitário” que promove os saberes ecológicos, plurais e contra hegemônicos (SANTOS, 2004).

Nas últimas décadas, sobretudo ao longo dos governos progressistas na América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela), houve significativas conquistas educacionais com a expansão da universidade pública e com políticas de inclusão universitária nos países da América do Sul, com variações de intensidade nessas transformações entre os diferentes países. Em muitos desses casos houve uma tentativa de criação de novos tipos de universidade pública, sejam estas interculturais, indígenas e/ou populares, com muitas ambiguidades no que significariam essas adjetivações na implementação prática. Não obstante, o sentido de democratização da universidade e ampliação da construção do conhecimento era um dos elementos centrais.

No entanto, nos últimos anos essa tendência vem perdendo força devido à crise financeira das universidades em todo o mundo, que tem como consequência a destruição da diversidade e da diferença. Onde houve cada vez mais o subfinanciamento das ciências básicas, das ciências sociais e humanas (MORRIS, 2017).

Neste cenário de retrocessos políticos, educacionais, sociais e econômicos, a universidade brasileira tem mostrado uma grande incapacidade de reação, com uma apatia e desmobilização dos professores, quase que generalizada. A maior expressão de oposição tem

sido as ocupações das universidades e escolas públicas realizadas por estudantes contrários aos modelos educacionais implementados (MORRIS, 2017).

Para Santos (2008), a extensão pode ser usada para aprofundar a crise da universidade, caso seja voltada para atividades rentáveis, o que deve ser evitado. O autor defende a ideia de que é objetivo prioritário da extensão o apoio solidário na resolução de problemas de exclusão e de discriminação, assim como as ações que deem voz a grupos excluídos e discriminados.

Diante disso, Santos (2007) coloca no centro das suas análises, e em “confronto” com a universidade convencional, os movimentos sociais, como classes populares excluídas, mas detentoras de saberes produzidos no processo das suas lutas por justiça e transformação (social, política, econômica etc.). Esta assertiva se mostra relevante e vai ao encontro do que Arroyo (2015, p. 66), aponta que “os movimentos sociais vêm sendo os pedagogos que constroem outras representações de seus coletivos, constroem e mostram Outros saberes de si”. E segundo defende Gadotti (2009), os movimentos sociais ensinam-nos que o povo, as pessoas, se educam na luta. A luta é, por conseguinte, pedagógica e contém um “saber de experiência feito” (FREIRE, 1997).

Neste texto, discorreremos sobre os dois conceitos que nortearam as ações extensionistas, a interculturalidade e a pedagogia decolonial, bem como a importância destes pressupostos para a formação de professores indígenas e sintetizamos as vivências nos projetos evidenciando as contribuições e desafios no processo formativo.

Decolonialidade e Interculturalidade: eixos de convergência com os conhecimentos indígenas

Os estudos decoloniais denunciam e problematizam a lógica da colonialidade do poder, do saber e do ser. Os teóricos decoloniais³ discutem o giro-decolonial como desprendimento das amarras (culturais, institucionais e políticas) impostas pelo pensamento moderno/colonial.

No âmbito deste estudo utilizaremos o conceito de decolonialidade cunhado por Mota Neto (2015), compreendido como um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos, sobretudo das regiões colonizadas e neocolonizadas pelas metrópoles euro-norte-americanas, nos planos do existir humano, das relações sociais e econômicas, do pensamento e da educação.

A genealogia do pensamento educacional Amazônico foi construído sobre as bases de uma colonialidade pedagógica européia, que norteou a formação de professores indígenas. Esse modelo de educação estava assentado na imposição da autoproclamada superioridade do colonizador e justificado pela sistemática violência da chamada “missão civilizatória”. A colonialidade pedagógica nesse aspecto, se configura pela negação da identidade racial e étnica do colonizado e no abandono forçado de saberes e práticas da cultura local (STRECK, ADAMS, MORETTI, 2010).

Com relação à educação e à formação de professores indígenas, as discussões sobre a preservação, valorização e manutenção do conhecimento indígena estiveram/estão em pauta nas reivindicações dos movimentos dos povos originários no Brasil por uma educação (escolar e acadêmica intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e comunitária) de qualidade. Nessa

³ Faço referência ao grupo de pesquisadores latino-americanos denominado Modernidade/Colonialidade. Outro grupo de pesquisadores brasileiros da Rede de Pesquisa sobre Pedagogias Decoloniais na Amazônia (RPPDA), tem desenvolvido estudos e pesquisas em contextos educativos diversos (indígena, quilombola, ribeirinho, campesino, entre outros) em perspectiva teórica decolonial.

perspectiva e a partir da vivência da primeira autora com as etnias do Amapá e norte do Pará destacamos dois eixos de convergência do pensamento decolonial com os conhecimentos indígenas locais: (1) interculturalidade e conhecimento indígena e (2) pedagogia decolonial e a formação acadêmica de professores indígenas.

Interculturalidade e Conhecimento Indígena

A interculturalidade na perspectiva de Walsh (2007; 2009; 2014) surge no seio do movimento dos povos indígenas e afrodescendentes da América Latina e particularmente do Equador atrelada a suas lutas históricas e atuais. A interculturalidade parte de uma perspectiva, conceito e prática proveniente de um movimento étnico-social e não dos centros acadêmicos de produção de conhecimento. Ela visa um projeto político, social e epistêmico em diálogo com os movimentos sociais, os intelectuais ativistas e outros atores sociais que possam contribuir para descolonizar o saber/poder/ser.

A interculturalidade é vista como um paradigma pensado a partir da práxis política e visa o reconhecimento de processos de construção de conhecimentos, de práticas políticas e sociais que foram e são historicamente rejeitadas pelo pensamento/poder hegemônico (colonialidade/modernidade).

A interculturalidade crítica é proposta por Walsh (2009, p. 25) como:

Uma ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros”⁴ – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras.

Nesse sentido, a interculturalidade crítica é adotada em licenciaturas indígenas brasileiras como conceito central de suas matrizes curriculares, como princípio que orienta novos enfoques epistêmicos e em diálogo com os contextos, saberes e fazeres específicos das etnias atendidas pelos cursos.

A interculturalidade crítica e a decolonialidade permitem destacar as diversidades de conhecimentos e seus reconhecimentos nos espaços escolares e acadêmicos. A valorização dos saberes ancestrais que emergem de contextos culturais específicos e plurais e de processos de aprendizagem próprios dos povos autóctones, com a promoção de práticas de uma pedagogia decolonial.

Pedagogia Decolonial e a Formação Acadêmica de Professores Indígenas

A Pedagogia Decolonial problematiza o conhecimento institucionalizado, a partir da crítica ao pensamento moderno, e a colonialidade do saber e do ser, nos espaços pedagógicos (escolar e acadêmico) e na educação formal e disciplinar.

As discussões em torno da Pedagogia decolonial trazem para o debate os problemas centrais relacionados ao lugar de fala dos sujeitos subalternizados pela

⁴ A autora utiliza a o termo “outros” (modos outros, pensamentos outros, conhecimentos outros, ...) para designar as formas de pensar, saber, viver, fazer e conhecer que são historicamente subalternizadas e rejeitadas pelo pensamento moderno-ocidental-colonial.

modernidade/colonialidade, as relações entre saberes e práticas não legitimados, a violência epistêmica-institucional e a necessidade de promover ações concretas de cunho decolonial (PALERMO, 2014).

Com base nos estudos de opção decolonial, Oliveira (2018) expõe o conceito de Pedagogia Decolonial como um ato político, intercultural, antirracista e contrário as formas de exploração e opressão impostas pela Modernidade/Colonialidade, como produção do conhecimento com foco nas realidades locais e na interação dos agentes educativos com os movimentos sociais e em constante construção por parte de sujeitos coletivos.

Pensar a formação de professores indígenas com e a partir dos acadêmicos indígenas e das comunidades locais tem sido a postura docente que a primeira autora têm adotado para com os saberes indígenas e o processo formativo, bem como, os projetos de extensão realizados. Essas vivências constituem um conjunto de práticas educativas como um mecanismo de resistência, de afirmação e valorização do conhecimento dos povos indígenas do Amapá e norte do Pará.

Trajetória da Experiência: práticas decoloniais e interculturais na formação professores indígenas

Este relato de experiência trata de dois projetos de extensão desenvolvidos durante o ano de 2018 no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, no Campus Binacional de Oiapoque, na Universidade Federal do Amapá. Estes projetos foram vinculados ao projeto de pesquisa “Formação de professores indígenas: história e memória de discentes do CLII – UNIFAP”.

Os projetos de extensão tiveram como sujeitos professores do ensino superior; agentes ambientais indígenas de Oiapoque; professores da educação básica; pesquisadores externos, dentre eles antropólogos e cientistas sociais; agentes do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; acadêmicos indígenas e não-indígenas. O objetivo dos projetos de extensão consistiu em desenvolver competências e habilidades na prática educativa de professores indígenas em formação por meio de minicursos, oficinas e palestras interdisciplinares nas áreas de Educação, Ciências Exatas e da Natureza, Linguagens e Códigos e Ciências Humanas.

O projeto intitulado “Oficinas pedagógicas interdisciplinares na formação docente” cadastrado no departamento de extensão – DEX/UNIFAP sob registro PJ001-2018, foi direcionado as discussões sobre tecnologia educacional e alfabetização digital de professores indígenas. Este projeto foi autofinanciado e contou com uma bolsista voluntária e um total de 125 participantes.

O projeto intitulado “Formação docente indígena: práticas pedagógicas interdisciplinares” cadastrado no departamento de extensão – DEX/UNIFAP sob registro PJ019-2018, abordou os saberes indígenas e os desafios da sociedade contemporânea. Este projeto foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas à Extensão Universitária - PIBEX, contou com uma bolsista de extensão e um total de 239 participantes.

Esses projetos fazem parte de um conjunto de ações que vem sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação Intercultural em Ciências da Natureza e Matemática (GECIM/UNIFAP), que atua na Licenciatura Indígena com enfoque na prática educativa intercultural e interdisciplinar e na formação do professor indígena como pesquisador de suas práticas socioculturais.

Os projetos foram executados em parceria com a Comissão de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII/UNIFAP), a Coordenação de Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias (COPEA/UNIFAP), a Divisão de

Pesquisa e Pós-Graduação (DIPESPG/UNIFAP) e o Departamento de Extensão (DEX/PROEAC/UNIFAP).

Teoricamente os projetos de extensão se fundamentaram na interdisciplinaridade, com base em Japiassú (1976), no Campo Epistemológico, e em Fazenda (1998; 2013), no Campo Pedagógico; na Formação do professor indígena em perspectiva intercultural e decolonial segundo Candau (2009) e Walsh (2014).

As ações extensionistas ocorreram nos formatos de minicursos, palestras e oficinas. Essas ações foram ministradas na UNIFAP - Campus Binacional do Oiapoque, no período letivo, em horário intervalar e previsto no calendário acadêmico do curso. Inicialmente, consultamos os estudantes e professores indígenas visando reconhecer as reais necessidades educacionais das comunidades.

Do diagnóstico inicial identificamos algumas temáticas que os estudantes e professores indígenas gostariam que fossem abordadas nas ações extensionistas, tais como: alfabetização digital, estudos e pesquisas em ciências humanas, etnomatemática, artesanato e grafismo na educação escolar indígena, o saber-fazer indígena, meio ambiente e territorialidade, a presença indígena na universidade. As ações foram organizadas a fim de atender essas demandas. Foram desenvolvidas sete palestras, cinco oficinas e dois minicursos.

As palestras tiveram as seguintes temáticas: O manejo e a preservação dos tracajás (*Podocnemis unifilis*) na Terra Indígena Uaçá; Formação dos agentes socioambientais indígenas em Oiapoque; Experiências etnográficas com estudantes universitários indígenas de Mato Grosso do Sul; Ações afirmativas: impactos e desafios para negros e afrodescendentes no Brasil; Tendências de pesquisas em Educação Matemática; Pesquisas em Ciências Humanas; Professores de cultura e educação escolar: possibilidades e limites de uma pedagogia da cultura.

As palestras ocorreram ao longo do ano de 2018. Estes momentos possibilitaram reflexões e debates sobre as temáticas. Dos objetivos propostos destaca-se: sensibilizar sobre o manejo e preservação dos tracajás na TI Uaçá; dialogar sobre a formação de agentes socioambientais indígenas e suas ações nas terras indígenas; discutir as ações afirmativas na universidade e suas implicações na educação e a presença indígena na universidade; apresentar o desenvolvimento da Educação Matemática enquanto campo científico e as principais tendências de pesquisas nas últimas décadas; promover aporte teórico e metodológico sobre pesquisas qualitativas e quantitativas no âmbito das Ciências Humanas; promover o diálogo sobre a lógica da cultura escolar, práticas e inovações para a construção de uma pedagogia intercultural.

As palestras sobre manejo, preservação ambiental, formação de agentes ambientais e Educação Matemática indígena foram direcionadas aos estudantes das áreas de Ciências Exatas e da Natureza e também aberta a comunidade. Foram apresentadas as ações desenvolvidas no curso com os estudantes indígenas referente ao manejo do tracajá e pirarucu que também são fonte de alimento para as populações indígenas locais. Foram discutidas questões sobre a preservação das espécies e o consumo consciente.

FIGURA 1: Manejo do Tracajá e Pirarucu



Fonte: Nery, 2019.

A palestra sobre a formação dos agentes ambientais foi realizada por um grupo de agentes indígenas formados pelo Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Os palestrantes conversaram sobre suas ações nas comunidades indígenas e a importância de manter o diálogo com a universidade, tendo em vista, as consequências (para a fauna, a flora e as populações indígenas) do desmatamento e da exploração mineral dos não-indígenas.

Na palestra sobre Educação Matemática foi apresentada aos participantes, de forma sucinta, o desenvolvimento do campo da Educação Matemática e suas perspectivas metodológicas com ênfase na Etnomatemática e Modelagem Matemática. Nas discussões foram levantadas possibilidades de atividades interdisciplinares envolvendo meio ambiente, cultura e ensino de matemática bilíngue/multilíngue.

As duas palestras sobre ações afirmativas ocorreram em momento oportuno, no qual estávamos discutindo com os estudantes, a questão da presença indígena na Universidade e as possibilidades e desafios para implementação de ações de acesso e permanências dos estudantes indígenas em outros cursos da instituição. Ações extensionistas como esta possibilitam ouvir as comunidades para se pensar medidas institucionais assertivas e tecer encaminhamentos para propostas e políticas em perspectiva decolonial. Esse é um esforço contínuo das comunidades e militantes pela causa indígena que precisa ser enfrentado para conquista dos direitos e espaços que lhes foram historicamente negados.

A palestra sobre pesquisas em Ciências Humanas, contribuiu para a formação científica dos estudantes indígenas, principalmente com relação as teorias e metodologias e seus usos em pesquisas qualitativas e quantitativas no âmbito da Educação e Cultura Indígena.

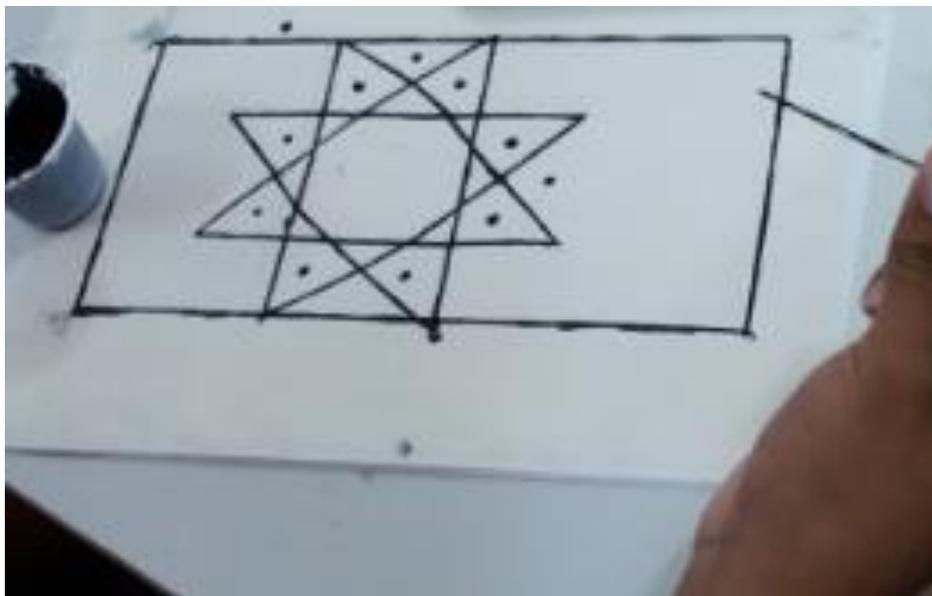
As oficinas e minicurso ocorreram durante o módulo, nos meses de janeiro, fevereiro e julho de 2018, conforme calendário acadêmico do curso e contaram com a participação efetiva dos acadêmicos como ministrante ou ouvinte.

Desenvolvemos duas oficinas sobre Elaboração de currículo na Plataforma Lattes, para atender as demandas do curso, com a intenção de viabilizar, aos acadêmicos indígenas, a criação e preenchimento do currículo lattes na plataforma do CNPq, esta oficina ocorreu no Laboratório de Informática da UNIFAP - Campus Oiapoque.

A oficina intitulada “Grafismos indígenas dos povos do baixo Oiapoque, cultura e identidade: conexão do homem contemporâneo com suas origens” teve por objetivo valorizar a identidade dos povos indígenas do baixo rio Oiapoque por meio dos grafismos. Foi ministrada por cinco acadêmicos, três deles da Licenciatura Indígena, sendo dois da etnia Galibi-Marworno e um da etnia Palikur, e dois acadêmicos do curso de Pedagogia, sendo um da etnia Karipuna e um não-indígena.

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais [...] que circulam na sociedade (SANTOS, 2004, p. 67).

FIGURA 2: Oficina Grafismos indígenas dos povos do baixo Oiapoque, cultura e identidade: conexão do homem contemporâneo com suas origens



Fonte: Nery, 2019.

Nesta oficina, inicialmente os acadêmicos indígenas discorreram sobre o histórico e os significados de alguns grafismos indígenas e a importância do reconhecimento, respeito e valorização da cultura material e imaterial dos povos indígenas da região do Uaçá. Em seguida apresentaram recursos e técnicas de pintura corporal e em tecido. Foi utilizado jenipapo e tala para pintura, e o algodão cru e o corpo como tela.

A atividade possibilitou interação entre os acadêmicos indígenas ministrantes e os acadêmicos não-indígenas ouvintes. Freire (2013, p. 27) refuta a noção de extensão que transfere ou comunica sem a participação reflexiva, dialógica e transformadora dos sujeitos envolvidos na (re) construção do conhecimento, pois:

[...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo

de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

A compreensão e o conhecimento de práticas culturais tão próximas e algumas vezes desconhecidas pela estudantes não-indígenas e pelas escolas da cidade. Foram discutidas ainda pelos acadêmicos da licenciatura indígena e do curso de Pedagogia, possibilidades didáticas para o ensino contextualizado para ser aplicado nas escolas da cidade de Oiapoque.

FIGURA 3: Pinturas nas paredes do Campus Oiapoque como exemplos de grafismos indígenas utilizados na oficina



Fonte: Nery, 2019.

A oficina “Metodologia de pesquisa em Ciências Humanas: alguns aportes da Antropologia” foi aberta a comunidade acadêmica e indígena. A oficina abordou metodologias no âmbito das pesquisas antropológicas, com exemplos e atividades práticas, na qual os participantes puderam tirar dúvidas, expor suas opiniões e experiências com pesquisas nas aldeias. A oficina ampliou o olhar dos estudantes, tanto para elaboração dos trabalhos acadêmicos, quanto para sua formação inicial e contínua, como pesquisadores de suas práticas culturais.

A oficina “Uso de jogos digitais no ensino de Ciências da Natureza e Matemática”, teve por objetivo proporcionar alternativas para desenvolver propostas interdisciplinares em ambiente educativo utilizando as tecnologias digitais. Esta oficina atendeu aos discentes da Licenciatura Intercultural e do curso de Pedagogia que já tinham domínio de informática básica. Foram estudados objetos de aprendizagem relacionando conteúdos voltados as ciências da natureza, educação ambiental, matemática e informática.

O minicurso “Etnomatemática dos rios da Amazônia” teve por objetivo discutir cálculos de grandezas vetoriais e escalares contextualizando situações de medidas de distâncias como base no rio Oiapoque. Foram desenvolvidas atividades práticas envolvendo aplicações com instrumentos de medidas de ângulos como o teodolito.

O minicurso “Noções de Informática básica” foi desenvolvido tendo em vista a alfabetização digital dos acadêmicos e da comunidade indígena que tinham interesse em

dominar as ferramentas tecnológicas para uso acadêmico e comunitário. Esse minicurso incluiu noções elementares de tecnologia da informação, uso de computadores, de ferramentas para edição de textos e da internet para pesquisa.

As ações desenvolvidas nos formatos de minicurso, oficina e palestra tiveram como intuito o protagonismo indígena na escolha das temáticas, em suas participações como palestrantes, ministrantes, organizadores e demais atividades formativas. Compreendemos que desta forma os estudantes e a comunidade desenvolvem conhecimentos e autonomia para gerir e implementar ações educativas nas aldeias e na luta por seus direitos diante da sociedade envolvente.

Algumas considerações

A educação escolar e universitária indígena é um desafio a ser enfrentados pelos agentes educacionais indígenas, pelos professores militantes e pelas lideranças, o que envolve questões não apenas didáticas e pedagógicas, mais também políticas e sociais.

Nas atividades extensionistas desenvolvidas, com opção decolonial, buscamos não apenas valorizar os saberes e fazeres das etnias locais, mas também dar voz e vez aos professores indígenas em formação para discussão e proposição de ações educativas voltadas ao contexto das comunidades locais por meio de palestras, oficinas e minicursos. A participação dos professores do curso e pesquisadores externos foi relevante para o diálogo intercultural com os participantes.

As ações extensionistas revelaram resultados positivos do ponto de vista pedagógico e interdisciplinar relacionados a formação inicial e contínua de professores indígenas. Além de enfatizar um potencial educativo no diálogo entre os acadêmicos indígenas e os acadêmicos não-indígenas de outros cursos do Campus Oiapoque, participantes dos projetos.

Os desafios profissionais e institucionais são diversos, quanto se trata de ações interculturais e decoloniais com povos indígenas. Nossa postura de respeito e reconhecimento dos saberes ancestrais viabilizou o diálogo e proposição das ações.

Neste texto, enfatizamos a importância de se reconhecer e valorizar as formas próprias de conhecer dos povos indígenas e sua autonomia para proposição de políticas e práticas educativas adequadas as necessidades educacionais das comunidades indígenas.

Referências

ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a Construção de Outros Currículos. In: *Educar em Revista*. Dossiê: Educação do Campo e Movimentos Sociais: saberes, práticas e políticas. Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. *Universidade Popular dos Movimentos Sociais: breve história de um sonho possível*. UPMS, p. 1-22, jan. 2009.

MORRIS, E. Um olhar sobre a educação popular e as epistemologias do Sul: a Universidade Popular. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*. v. 19. Mendoza, 2017.

MOTA NETO, J. C. da. *Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

NERY, C. S. S. *Formação docente indígena: história e memória de discentes do CLII-UNIFAP*. Macapá, 2018. (Projeto de Pesquisa cadastrado no Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá).

NERY, C. S. S. *Formação docente indígena: práticas pedagógicas interdisciplinares*. Macapá, 2019. (Relatório de extensão cadastrado no Departamento de Extensão da Universidade Federal do Amapá).

NERY, C. S. S. *oficinas pedagógicas interdisciplinares na formação docente*. Macapá, 2018. (Relatório de extensão cadastrado no Departamento de Extensão da Universidade Federal do Amapá).

OLIVEIRA, L. F. *Educação e militância decolonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.

PALERMO, Zulma. *Para una pedagogia decolonial*. 1ª ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

SANTOS, B. de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. Novos estudos, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, B. de S. *A Universidade no século XXI*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

STRECK, D. R.; MORETTI, C. Z.; ADAMS, T. Pensamento pedagógico em nossa América: uma introdução. In: *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: um pensamiento y posicionamiento outro desde la diferencia colonial. In: MIGNOLO, W.; WALSH, C.; LINERA, Á. G. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre-Iesco-Pensar, 2007, p. 53.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e posturas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Recebido em: 15/06/2020
Aprovado em: 25/06/2020